

Governo impõe condições para ajudar Estados

CEF vai dar empréstimos aos que reduzirem gastos e estimularem demissões voluntárias e privatizações

BEATRIZ ABREU
e SANDRA SATO

BRASÍLIA — Estimular a demissão voluntária, reduzir os gastos com os aposentados e se comprometer com um programa de privatização são algumas das condições que os go-

vernadores terão de cumprir se quiserem receber, no mínimo, R\$ 600 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF) para cobrir o rombo de suas contas. Os novos recursos da CEF estão previstos no programa de Apoio

à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou ontem.

Os governadores que aderirem ao programa se livrarão de outra dívida, de cerca de R\$ 1,8 bilhão, que vence em janeiro, porque também conseguiram autorização para refinaranciar na CEF, no Banco do Brasil ou em bancos privados o dinheiro que pegaram emprestado (as operações de antecipação de receita — ARO) para pagar funcionários e empreiteiros.

Malan refutou, com ironia, avaliações de que o programa beneficia os governadores. "Não se trata de um programa de socorro ou uma ajuda ao Estado a, b ou c." Mas ele admitiu que se o governo federal está fazendo "um grande esforço" para regularizar suas contas, não faz sentido os Estados não equilibrarem gastos. "Estamos todos no mesmo barco", insistiu, repetindo que não se trata de "um programa de ajuda concessional" e nem de um subsídio às elevadas taxas de juros que os governadores pagam pelas ARO — que em alguns casos chegam a 10% ao mês.

Custo baixo — Se aderirem ao programa, porém, os Estados se candidatarão automaticamente a três linhas de crédito com custos mais baixos e prazo de pagamento de 24 a 36 meses. O limite de pagamento é dezembro de 1998, quando vence o mandato dos atuais governadores. Duas linhas de crédito serão oferecidas para cobrir "despesas emergenciais" e eventuais gastos dos governadores com o programa de demissão voluntária, com juros iguais aos da caderneta de poupança (TR mais 0,5%), além da taxa de 1,5% que a

CEF cobrará para fazer a operação. O valor do empréstimo corresponderá a uma quota do Fundo de Participação, que no caso de São Paulo é de R\$ 6,6 milhões, no do Rio, de R\$ 10,2 milhões, e no de Minas, de R\$ 29,8 milhões, segundo a Secretaria do Tesouro. Um empréstimo maior dependerá do Ministério da Fazenda.

Esta é a segunda vez, este ano, que a CEF socorrerá os governadores. No mês passado, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Alagoas receberam R\$ 120 milhões. O dinheiro também foi em-

prestado a custo igual ao da caderneta de poupança, um benefício, já que em bancos privados o juro mensal é de, no mínimo, 6%, além da variação da TR.

A terceira linha de crédito será oferecida para os que quiserem renegociar

as ARO, também por 24 ou 36 meses. Malan autorizou os bancos a captar recursos no Exterior e repassá-los aos Estados a taxas de juros mais baixas, já que financiamentos externos têm juros anuais de cerca de 6%. Os Estados poderão refinaranciar a dívida com o banco em que fizeram o empréstimo ou por meio da CEF.

PROGRAMA
PERMITIRÁ
REFINANCIAR
AROS TAMBÉM



O ministro Malan anuncia programa de apoio aos governadores: "Estamos todos no mesmo barco"

Dida Sampaio/AE